



À Exm^a Senhora Ministra da Agricultura

C/C: Diretor Regional da DRAPCentro

EXPOSIÇÃO

Como se não bastasse a já difícil situação com os preços baixos na produção, e as dificuldades de escoamento os agricultores no Baixo Mondego, principalmente os produtores de milho, foram gravemente afectados com o mau tempo verificado nos dias 13, 14 e 15 de Setembro deste ano.

O mau tempo, acompanhado de rajadas de vento fortes, originou a queda de searas de milho que dificilmente pode ser recuperado.

A área de milho no Baixo Mondego é de cerca de 9000 hectares, sendo que cerca de 6000 ha serão no Vale do Mondego.

Uma vasta área de milho e outras culturas do Vale do Mondego foram afetadas; ou seja, a área afectada pode ou não recuperar, dependendo das condições climatéricas.

Neste momento a estimativa dos prejuízos feita pelos agricultores, é de valor muito superior aos números apresentados na opinião pública pelo Secretário de Estado da Agricultura Rui Martinho que fala num milhão e cem mil euros.

A destruição de culturas anuais implica enormes prejuízos para os produtores que, depois de todos os custos com a instalação e manutenção da cultura, ficam praticamente sem qualquer rendimento.

Para os seguros pagarem, tem que haver numa exploração agrícola um prejuízo no mínimo de 20% da área, além dos ventos terem que ter uma velocidade mínima de 70 Km/hora.

Por outro lado, aquando da sementeira na mesma área de várias culturas em simultâneo, a companhia só faz o seguro de cultura principal, o que não devia ser, pois quando os prejuízos acontecem afectam todas as culturas existentes nessa área.

No ano passado os seguros alegaram que os ventos não superaram os 70Km/hora e não pagaram.

O preço do gasóleo agrícola é o dobro do gasóleo para o sector das pescas.

O preço da electricidade agrícola já é muito alto, e não suportamos novos aumentos.

Para a situação dramática e excepcional em que se encontram os produtores, exigem-se soluções excepcionais por parte do Governo, para minimizar os prejuízos.

Tendo em conta que a avaliação dos prejuízos será mais exata daqui a dois meses (aquando da colheita), se a situação o exigir, o Governo tem que reabrir a medida 6.2.2 do PDR 2020, de Restauração do Potencial Produtivo.

A ADACO – Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra reclama medidas urgentes, tais como:

- 1 – Atribuição de ajudas a fundo perdido pela perda de rendimentos;
- 2 – Que o Governo legisle no sentido das seguradoras contemplarem a pluviosidade/tromba de água aquando das colheitas;
- 3 – Que o Governo legisle no sentido de as seguradoras fazerem o seguro de todas as culturas feitas na mesma área em simultâneo ;
- 4 – Que as seguradoras, independentemente das velocidades dos ventos, paguem, quando o prejuízo for efectivamente causado por estes, desde que seja igual ou superior aos 20% da área semeada (área de prejuízo para se activar o seguro);
- 5 - Que para efeitos de candidatura à medida 6.2.2. seja suficiente a apresentação da factura como meio de pagamento, como foi para as Empresas com os prejuízos nos fogos de 2017;-os agricultores não têm capacidade financeira para pagarem antecipadamente e só depois receberem;
- 6 - Que sejam consideradas no Orçamento do Estado para 2022 medidas de apoio a fundo perdido para as culturas e estruturas agrícolas destruídas;
- 7 – Que os agricultores paguem o gasóleo agrícola ao preço do gasóleo do setor da pesca; neste momento o gasóleo agrícola custa 80 cêntimos por litro, e para o sector da pesca é a 40 cêntimos;
- 8 – Que não haja aumentos no preço da electricidade para a agricultura, como é anunciado para Janeiro de 2022.

A DIRECÇÃO DA ADACO

Coimbra, 20 de Setembro de 2021